

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Departamento de História**

**KYARA RAMOS BARBOSA**

**O planejamento familiar brasileiro no período de 1940 a 1990**  
– considerações sobre os efeitos sociais da pílula anticoncepcional

**Brasília**

**2016**

**KYARA RAMOS BARBOSA**

**O planejamento familiar brasileiro no período de 1940 a 1990 – considerações  
sobre os efeitos sociais da pílula anticoncepcional**

Monografia apresentada à Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Bacharelado em História, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Teresa Cristina de Novaes Marques.

**Brasília**

**2016**

## **RESUMO**

Esse trabalho de conclusão de curso trata do planejamento familiar brasileiro na década de 1970. Embora a ênfase da análise recaia sobre essa década específica, a pesquisa aborda aspectos da legislação e dados populacionais de 1940 a 1990, mostrando um processo das mudanças sociais que decorreram da disseminação de novos métodos contraceptivos na sociedade brasileira, mais especificamente, da pílula anticoncepcional.

Palavras-chave: Pílula anticoncepcional; Planejamento familiar; Crescimento demográfico

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	5
O PLANEJAMENTO FAMILIAR ANTES DE 1970 .....	8
A POPULAÇÃO BRASILEIRA NA VIRADA DA DÉCADA DE 1970.....	11
A ENTRADA DA PÍLULA NO BRASIL .....	17
O QUE ESTAVA MUDANDO .....	17
AS MUDANÇAS PARA A MULHER .....	24
A REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA PÍLULA .....	29
CONCLUSÃO .....	32
REFERÊNCIA .....	34

## INTRODUÇÃO

A pílula anticoncepcional possibilitou várias mudanças no país, em especial, promoveu mudanças na vida da mulher, que passou a ter mais autonomia sobre o seu corpo e o controle sobre a decisão de ter ou não filhos, ou quando tê-los.

Esse trabalho de pesquisa aborda o planejamento familiar decorrente de decisão das próprias famílias na década de 1970, o efeito que a pílula anticoncepcional teve nesse planejamento e os resultados da adoção da pílula anticoncepcional por parte das mulheres ainda em período reprodutivo.

O objetivo geral da pesquisa é examinar as fontes e o debate político sobre o planejamento familiar e o efeito da pílula anticoncepcional na sociedade brasileira entre 1940 e 1990, tendo como objetivos específicos os listados abaixo:

- Apresentar o panorama social anterior à introdução da pílula anticoncepcional no Brasil.
- Mostrar como se deu a introdução da pílula anticoncepcional no Brasil e os debates entre aqueles que defendiam posições divergentes ou convergentes quanto à adoção desse método contraceptivo.

Para isso, analisei os argumentos apresentados por correntes favoráveis e contrárias à adoção da pílula anticoncepcional, além de explorar dados demográficos nos censos populacionais de 1940 a 1990.

Esse exercício proporciona avaliar o alcance das conquistas obtidas pelas mulheres ao adquirirem maior controle sobre a reprodução familiar. Assim, analiso se houve, assim, mudanças nas relações de poder dentro das famílias.

A pesquisa tem por objetivo responder às seguintes questões: o que significou a pílula anticoncepcional para a sociedade brasileira? Como se deu o processo de implementação do planejamento familiar no Brasil?

A relevância do tema se encontra nas diversas modificações ocasionadas pela introdução na sociedade desse novo método contraceptivo, que possibilitou o

planejamento familiar, a mudança do papel da mulher de dona de casa para participante do mercado econômico, a autonomia sobre o próprio corpo, já que poderia tomar a pílula escondido de seu parceiro, e muitas outras mudanças em um curto espaço de tempo.

Ao longo da pesquisa, com a leitura de várias fontes e bibliografias sobre o tema, a impressão a que cheguei é a de que, embora vários governantes exaltassem a importância do crescimento demográfico, o conhecimento e a aplicação da pílula anticoncepcional e do planejamento familiar foram se alastrando pelo país e atingindo até as áreas mais remotas sem que medidas efetivas fossem tomadas para barrar esse avanço.

Isso se deu apesar da lei de contravenções restringir a divulgação de contraceptivos, pois a mesma se limitava aos anúncios, não se aplicando a matérias jornalísticas que abordavam o tema de forma elucidativa. A medida que mais restringiu a propagação da pílula anticoncepcional de 1960 a 1980 talvez tenha sido a exigência de receita para a compra do medicamento, que começou a valer em 1970.

Visando atingir os objetivos pré-estipulados da pesquisa, foi feita a busca pelo termo “pílula” no jornal *Correio da Manhã*, de 1960 a 1970, e no *Jornal do Brasil*, de 1970 a 1980, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Essa busca inicial indicou vários referenciais e fontes que poderiam ser usados na pesquisa e que foram complementados pela revisão bibliográfica.

Após a busca inicial, foi realizada a leitura das fontes encontradas e a exclusão daquelas que não se encontravam disponíveis, como os debates políticos pertinentes ao tema que ocorreram nas Comissões de Justiça e Saúde e que não foram registrados.

Entre as fontes utilizadas, estão os anais da Câmara dos Deputados, as encíclicas papais *Humanae Vitae* e *Populorum Progressio*, e a legislação brasileira. Também foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a análise quantitativa da população brasileira no período abordado pela pesquisa.

As fontes, juntamente com a revisão bibliográfica, mostraram o caminho trilhado pelo planejamento familiar e a pílula anticoncepcional no Brasil. Por vezes com maior clareza, outras nem tanto, indicando que existiam forças contrárias à implementação desses métodos, como o posicionamento da Igreja e dos governantes, mas que a adesão da população foi grande e se sobrepôs à oposição.

## 1. O PLANEJAMENTO FAMILIAR ANTES DE 1970

Para melhor entender as mudanças ocorridas na década de 1970, em relação ao planejamento familiar e ao comportamento sexual dos brasileiros, é necessário primeiro conhecer o período que antecede esse momento.

Em 24 de dezembro de 1939, o então presidente, Getúlio Vargas proferiu um discurso que convocava “todos os brasileiros para uma grande campanha nacional em prol da maternidade e da infância desamparada”.<sup>1</sup> Em seu pronunciamento, o Presidente invocou a “solidariedade cristã” da população, incentivando os brasileiros a “colaborar ativamente na obra já iniciada em favor do bem-estar e da saúde das mães e das crianças”, o que contribuiria de maneira “decisiva para o fortalecimento da juventude garantia futura do engrandecimento da nacionalidade brasileira”. Além disso, destacou o vasto território e a precariedade dos serviços de maternidade e amparo à infância, ressaltando a sua finalidade patriótica e útil.

Nesse discurso, Vargas também anuncia que a lei de proteção às famílias numerosas seria decretada em breve, o aconteceu em 19 de abril de 1941.<sup>2</sup> O Decreto-Lei considera a família numerosa aquela que compreende oito ou mais filhos abaixo de 18 anos e não casados. Famílias nessas condições receberiam abonos em determinadas situações, como taxas reduzidas de matrícula referente ao ensino e ajuda remuneratória em casos previstos na lei, que também se aplicavam a famílias menores, proporcionalmente ao número de filhos de cada uma.

Isso mostra preocupação do governo Vargas em atender às carências dessas famílias, algo que já estava presente na Constituição de 1934<sup>3</sup>, porém não há medidas que buscam a redução da natalidade. Pelo contrário, as novas gerações eram vistas como a “garantia futura do engrandecimento da nacionalidade brasileira”. Ao exaltar novas gerações, fazer investimento nos serviços de maternidade e clamar pela

---

<sup>1</sup> “O presidente Getúlio Vargas falou à nação na noite de natal”, *Correio da Manhã*, 27/12/1939, p. 3.

<sup>2</sup> Decreto-lei nº 3.200, 19/4/1941.

<sup>3</sup> Constituição Federal de 1934, artigo 138.

contribuição da população, o governo buscava a redução da mortalidade infantil e, conseqüentemente, o aumento populacional.

No mesmo espírito natalista, em 3 de outubro de 1941, entrou em vigência a lei de contravenções penais regida pelo Decreto-Lei n° 3.688, que tratava como contravenção “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto ou evitar a gravidez”. Esse mesmo artigo foi alterado apenas em 1979, quando a legislação penal deixou de criminalizar a propaganda de medicamento para evitar a gravidez<sup>4</sup>.

Anteriormente à norma de 1941, foi publicado o Código Penal<sup>5</sup>, que previa como lesão corporal no art. 129, § 2, inciso III “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem se resulta debilidade permanente de membro, sentido ou função”. O texto do inciso III foi alterado no ano seguinte por “perda ou inutilização do membro, sentido ou função”, mas essa alteração não afetou o entendimento dos juristas em relação à esterilização. Por conta desse artigo, houve o entendimento de que a esterilização, tanto feminina quanto masculina, constituía crime, de lesão corporal grave, pois o procedimento causaria dano permanente ao órgão reprodutor. Embora se tenha alterado o entendimento da aplicação do art. 129 ao longo dos anos para os casos de esterilização voluntária, a regulamentação dessa prática só ocorreu em 1996, com a lei do planejamento familiar<sup>6</sup>.

De 1929 a 1965, todos os códigos de ética médica previam a condenação da esterilização, salvo indicação terapêutica referendada por dois ou mais médicos, variando muito pouco de uma publicação para outra. Foi somente no código de ética médica de 1984 que se deu uma mudança maior. Essa norma já não previa a condenação da esterilização como as anteriores, apenas determinava o cumprimento por parte dos médicos da “legislação específica nos casos de transplante de órgãos ou tecidos, abortamento e esterilização”. Isso retrata o debate que estava ocorrendo na época em torno dessa prática, que também era tema do projeto de lei n° 3.063 de 1984.

Nessas condições, a mulher brasileira tinha à sua disposição poucas ferramentas para o controle de natalidade e talvez contasse com auxílio do governo em

---

<sup>4</sup> Lei n° 6.734, 4/12/1979.

<sup>5</sup> Decreto-Lei n° 2.848, 07/12/1940.

<sup>6</sup> Lei n° 9.263, 12/01/1996.

caso de famílias numerosas. Essa combinação era perfeita para o crescimento demográfico.

Os métodos contraceptivos mais acessíveis à população, principalmente para a parcela que residia em áreas rurais ou no interior do país, eram a tabelinha e o *coitus interruptus*, sendo ambos com grande margem de erro e demandantes da cooperação do parceiro sexual. Dispondo dessas opções apenas, a mulher não conseguia ter o controle do próprio corpo. Além disso, ainda havia a pressão social para ter muitos filhos e assumir a missão da maternidade.

Diante desse cenário, o objetivo de alguns grupos nacionais, como dos próprios governantes<sup>7</sup>, de preencher os vazios demográficos do país, mais notáveis em estados da região norte e centro-oeste<sup>8</sup> foi gradativamente sendo alcançado. Dados do IBGE a respeito da densidade demográfica mostram que, de 1940 a 1950, essa passou de 4.84 para 6.1, consequência do aumento populacional de cerca de 10 milhões de habitantes em 10 anos.

O resultado numérico da política natalista dos anos 1940 e do efeito gerado pela introdução da pílula anticoncepcional no Brasil, será apresentado no próximo capítulo.

---

<sup>7</sup> “Brasil apoia Paulo VI”, *Correio da Manhã*, 13/08/1968, p. 11.

<sup>8</sup> Dados do IBGE obtidos no site

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP117&t=densidade-demografica>

## 2. A POPULAÇÃO BRASILEIRA NA VIRADA DA DÉCADA DE 1970

Na análise a ser feita nesse capítulo, que compreende o período de 1940 a 1990, duas informações fundamentais devem ser consideradas. A primeira é a política natalista de Vargas e o empenho de seu governo em investir na saúde materno-infantil. A segunda é a entrada da pílula anticoncepcional no mercado brasileiro em 1962<sup>9</sup>.

Tabela 1: Informações numéricas da população brasileira de 1940-1990.

	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>
<b>Taxa de fecundidade</b>	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35	2,85
<b>Taxa de crescimento anual da população</b>	-	2,39	2,99	2,89	2,48	1,93
<b>Mortalidade infantil</b>	150	135	124	115	82,8	48,3
<b>Esperança de vida ao nascer</b>	43,1	52,3	52,3	63,1	64,7	69,1
<b>Densidade demográfica</b>	4,84	6,1	8,34	11,1	14,23	-
<b>Taxa de urbanização</b>	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59
<b>População total</b>	41.236.315	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459

Fonte: Dados extraídos do site do IBGE:

[http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=2&no=10](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=10).

O censo de 1940 calculou a população brasileira em cerca de 41 milhões. Como reflexo da política natalista de Vargas, o censo de 1950 apresentou aumento de 25% da população em relação ao anterior e o de 1960 apresentou aumento de 36% em relação ao de 1950, chegando a aproximadamente 71 milhões de brasileiros. Esse foi o momento em que se atingiu o maior crescimento percentual da população. A partir de então, essa taxa começou a regredir, como é possível notar na tabela 2.

<sup>9</sup> “A nova consciência feminina”, *Jornal do Brasil*, 18/03/1972, p. 42.

Tabela 2: Aumento percentual da população brasileira de 1940-1990.

<b>Aumento percentual da população a cada 10 anos</b>	1940 a 1950	25%	72%
	1950 a 1960	36%	
	1960 a 1970	33%	-
	1970 a 1980	28%	55%
	1980 a 1990	21%	

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados disponibilizados no site do IBGE:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>.

A mudança de cenário fica ainda mais clara quando se compara o crescimento populacional de 1940 a 1960 e de 1970 a 1990. O primeiro período teve aumento populacional de 72% e o segundo, após a introdução da pílula anticoncepcional no país, de apenas 55%. Isso mostra uma ruptura de mentalidade natalista e o início de um planejamento familiar por iniciativa individual, uma vez que ainda não havia um plano nacional a respeito do tema.

Na tabela 1, é possível notar que a taxa de fecundidade vinha apresentando trajetória crescente até o censo de 1960, quando atingiu seu auge com a média de 6.28 filhos por mulher. No censo seguinte, de 1970, essa taxa caiu para 5.76 filhos por mulher.

O IBGE também disponibiliza dados em que separa a taxa de fecundidade urbana e rural a partir de 1970, como é possível observar na tabela 3.

Tabela 3: Taxa de fecundidade em áreas urbanas e rurais.

	Taxa de fecundidade urbana	Taxa de fecundidade rural
1970	4,6	7,7
1980	3,6	6,4
1991	2,5	4,4

Fonte: Dados extraídos do site do IBGE:

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP265&t=taxa-fecundidade-total-situacao-urbana-rural>.

A diferença na taxa de fecundidade na população urbana e na rural é bastante significativa, chegando a 67% em 1970 e aumentando ao longo dos anos. Desde então, ambos os grupos apresentaram redução no número de filhos por mulher e essa queda ultrapassou os 50% em 20 anos. Porém esses dados demonstram a diferença de mentalidade entre os dois públicos, além da possível falta de acesso a informação e a métodos contraceptivos para aqueles que viviam em áreas rurais.

Nesse ponto, é interessante observar a taxa de urbanização do país. Como se pode ver na tabela 1, até 1960 menos de 50% da população brasileira vivia nas cidades. A taxa de urbanização se apresenta crescente até os dias de hoje, mas esse crescimento está tendendo à estagnação. No período analisado, o momento de maior aceleração do movimento migratório, do campo para as cidades, foi entre 1960 e 1970, apresentando um aumento de 25% em relação à taxa do censo anterior, como mostra a tabela 4.

Tabela 4: Aumento percentual da taxa de urbanização.

<b>Aumento percentual da taxa de urbanização</b>	1940 a 1950	15%
	1950 a 1960	23%
	1960 a 1970	25%
	1970 a 1980	20%
	1980 a 1990	11%

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados disponibilizados no site do IBGE:

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>.

Além da política natalista, também influenciaram no crescimento populacional os investimentos para a redução da mortalidade infantil. Em 1940, a taxa de óbito a cada 1.000 nascidos vivos era de 150. Essa taxa caiu para 115 em 1970, o que representa um decréscimo de 23%.

O resultado dos investimentos na saúde, que resultaram na queda da mortalidade infantil, também podem ser observados no item “esperança de vida ao nascer”, da tabela 1. Em 1940, essa taxa era de apenas 43,1 anos e passou a ser 20 anos maior em um espaço de tempo de 30 anos, em 1970. Após 10 anos de estagnação, a taxa de esperança de vida ao nascer teve o seu maior crescimento de 1960 a 1970,

coincidindo com os primeiros anos da pílula anticoncepcional no Brasil<sup>10</sup>, como se pode observar na tabela 5.

Tabela 5: Aumento percentual da esperança de vida ao nascer.

<b>Aumento percentual da esperança de vida ao nascer</b>	1940 a 1950	21%	72%
	1950 a 1960	0%	
	1960 a 1970	20%	-
	1970 a 1980	2%	55%
	1980 a 1990	6%	

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados disponibilizados no site do IBGE:

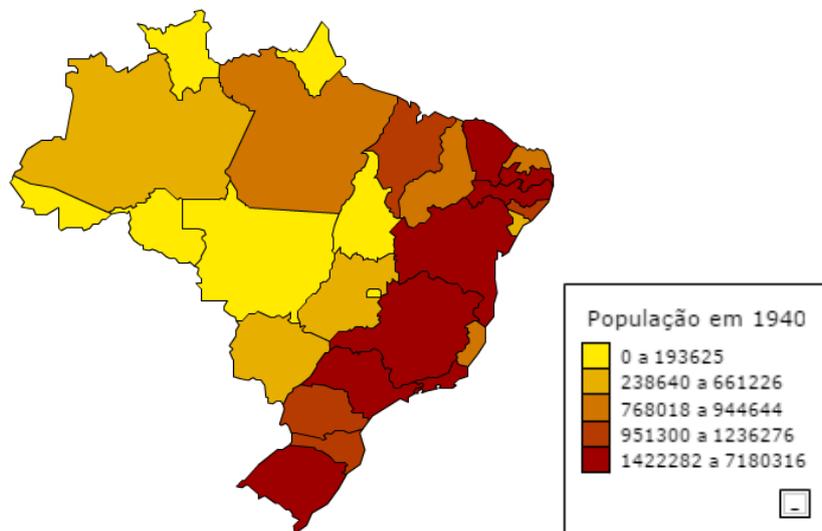
<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP209&t=esperanca-vida>.

A introdução da pílula anticoncepcional no mercado acarretou na redução do número de filhos por mulher. A renda de casais que anteriormente mantinham famílias bastante numerosas, agora era distribuída de forma mais farta nas famílias menores. Isso possibilitava maiores gastos com alimentação, saúde preventiva e curativa e educação, dentre outros. O resultado da redistribuição da renda familiar ocasiona grande crescimento da esperança de vida ao nascer.

O último ponto a se observar é que, a política natalista do governo Vargas visava acabar com os vazios demográficos no Brasil. Em parte, a campanha foi bem sucedida, com a taxa de densidade demográfica passando de 4,84 em 1940 para 8,34 em 1960 e 11,1 em 1970. Porém o crescimento da urbanização adiou a povoação de determinadas áreas. Sendo assim, a taxa de densidade demográfica cresceu, mas se fosse medida de estado para estado, ver-se-ia um grande crescimento nos estados do Sudeste, mas pouca modificação no Norte, como se nota nos mapas abaixo:

<sup>10</sup> “A nova consciência feminina”, *Jornal do Brasil*, 18/03/1972, p.42.

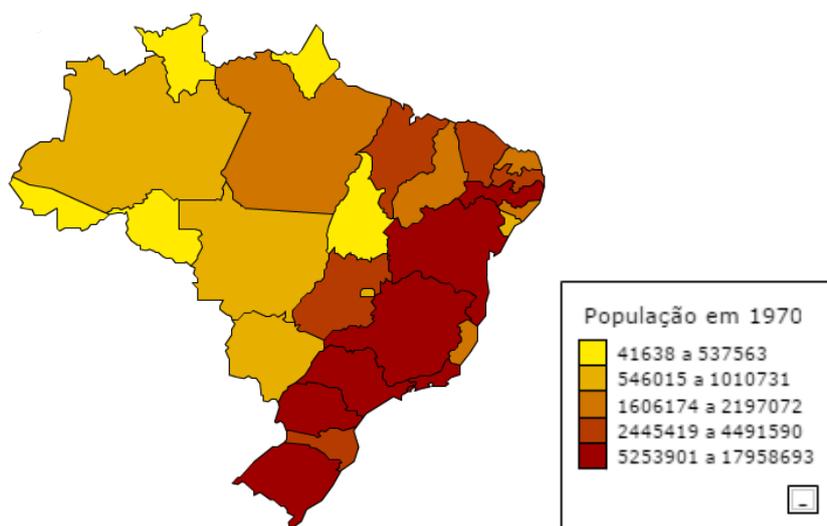
Imagem 1: Mapa da distribuição populacional em 1940.



Fonte: Extraído do site do IBGE:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>.

Imagem 2: Mapa da distribuição populacional em 1970.



Fonte: Extraído do site do IBGE:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>.

Tabela 6: Distribuição populacional por região brasileira.

	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>
Norte	1.627.608	2.048.696	2.930.005	4.188.313	6.767.249	10.257.266
Nordeste	14.434.080	17.973.413	22.428.873	28.675.110	35.419.156	42.470.225
Centro-Oeste	1.093.491	1.532.924	2.678.380	4.629.640	7.003.515	9.412.242
Sudeste	18.345.831	22.548.494	31.062.978	40.331.969	52.580.527	62.660.700
Sul	5.735.305	7.840.870	11.892.107	16.683.551	19.380.126	22.117.026

Fonte: Dados extraídos do site do IBGE:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>.

Como é possível observar nas imagens, estados como Roraima, Amapá, Rondônia, Acre e Tocantins continuaram com baixíssima densidade demográfica, representando os vazios ainda existentes apesar do acelerado crescimento populacional, mostrando que a política de Vargas foi bem sucedida em algumas áreas, mas não em outras, como mostra a tabela 7.

Tabela 7: Densidade demográfica por região brasileira.

	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>
Norte	0,41	0,52	0,72	1,01	1,66	2,59
Nordeste	9,36	11,65	14,38	18,23	22,6	27,22
Centro-Oeste	0,67	0,92	1,57	2,7	4,01	5,85
Sudeste	19,97	24,54	33,34	43,38	56,32	67,66
Sul	10,2	13,95	20,91	29,35	33,87	38,34

Fonte: Dados extraídos do site do IBGE:

<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP117&t=densidade-demografica>.

Sendo assim, houve o crescimento populacional em todo o Brasil, mas as regiões Sul e Sudeste se apresentaram mais atraentes, resultando em migração interna e na elevação da taxa de urbanização. Esse movimento dificultou o alcance do objetivo de preencher os vazios demográficos do Brasil.

### **3. A ENTRADA DA PÍLULA NO BRASIL**

#### **3.1. O QUE ESTAVA MUDANDO**

A primeira pílula anticoncepcional vendida no Brasil foi a ENOVID, que começou a ser comercializada em 1962. Inicialmente, as informações a respeito de seus efeitos, positivos e negativos, eram publicadas em artigos de revistas e jornais, voltados para o público feminino, e também divulgadas por representantes comerciais junto aos médicos (Pedro, 2003: 242).

Araújo (2015: 4) indica que a relação estabelecida entre crescimento populacional e crescimento da pobreza, especialmente depois da Revolução Cubana, os Estados Unidos e demais países “desenvolvidos” subvencionaram programas de desenvolvimento interno e planejamento familiar na América Latina, a exemplo da Sociedade Bem-Estar Familiar (BEMFAM), que era financiada por recursos estrangeiros (Moreira, 1981: 87). Com isso, o controle de natalidade ganhou uma nova roupagem nessas áreas, sendo tema de políticas públicas e de matérias jornalísticas, deixando de ser de foro íntimo.

Pedro (2003: 243) destaca a diferença entre a introdução da pílula anticoncepcional no Brasil e na França. Enquanto na França a venda da pílula anticoncepcional só foi liberada em 1967, e a argumentação em torno da sua liberação tinha como foco a afirmação de que o “país vinha, há muito tempo, tendo um comportamento de redução do número de filhos, e de que, portanto, os novos métodos não trariam qualquer mudança na perspectiva que já vinha se configurando”, no Brasil a divulgação de métodos contraceptivos modernos fez parte de programas internacionais que visavam à redução da população.

A lei de contravenção penal, dos anos 1940, proibia o anúncio de “processo, substância ou objeto destinado” a evitar a gravidez, o que dificultava a disseminação de informações sobre métodos contraceptivos e só foi alterado em 1979. Em pesquisas, Muraro (1983) e Pedro (2003) entrevistaram públicos diferentes sobre como obtiveram informações sobre a pílula anticoncepcional.

O público entrevistado por Pedro (2003) foi dividido em a “geração 20-30”, fazendo referência a mulheres nascidas nessas décadas, e a “geração pílula”, formada por mulheres nascidas nas décadas de 40 e 50. Ao responderem sobre como obtiveram informação sobre a pílula anticoncepcional, foram citados o contato com médicos, parentes, amigas e por vezes não souberam dizer exatamente como. Também foi citada a imprensa, mas de forma contraditória, pois em alguns momentos estimulava o uso e em outros alertava sobre os efeitos do contraceptivo.

No depoimento abaixo, constante na pesquisa de Pedro (2003: 246), é possível notar que mesmo com a proibição de anúncios de substâncias destinadas a evitar a gravidez, havia fácil acesso a informações a respeito da pílula anticoncepcional.

Eu sou da geração da pílula. Era uma coisa que era muito falada, que estava para a geração de universitários... Quando concluí meu 2º grau em Porto Alegre, isto já fazia parte do cotidiano. Acho que toda a mídia abordava o tema<sup>11</sup>.

O público entrevistado por Muraro (1983) foi dividido em três grupos, abordando homens e mulheres: burguesia, campesinato e operariado. Quando questionado sobre quem lhe havia indicado o contraceptivo, o primeiro grupo responde majoritariamente que foi o médico, mas também houve indicação de amigas. O terceiro grupo se assemelha bastante ao primeiro, indicando a influência de médicos, amigas e parentes. O segundo grupo apresenta grande diferença em relação aos outros dois. Dos 54 entrevistados, entre homens e mulheres, apenas um homem menciona a indicação médica, sendo que todos os outros entrevistados informam que a indicação foi feita por amigos.

Essas pesquisas sugerem que as informações a respeito de contraceptivos se propagavam sem grandes dificuldades, muito embora, no meio rural, chegassem mais rapidamente por meio do boca-a-boca do que por indicação médica. Também mostra a ajuda da imprensa em transformar esse tema em parte do cotidiano das pessoas.

Tavares (2006: 28) comenta estudos que apontam como motivos para a redução da fecundidade o crescimento da urbanização e da industrialização, a inserção

---

<sup>11</sup> Vera (nascida em 1953, casada em 1978) entrevistada em Blumenau/FURB, em 14/08/2000, por Janine Petersen.

da mulher no mercado de trabalho e a maior escolarização da mulher. Outro estudo, também abordado pela autora, concorda com esses argumentos, mas destaca políticas governamentais que, direta ou indiretamente, influenciaram na velocidade da adesão aos métodos contraceptivos, como a expansão dos serviços de telecomunicação e de saúde.

Apesar de todos esses motivos que contribuíram para a redução da fecundidade, existia também forte oposição da Igreja católica em relação à adoção de métodos contraceptivos. Em 1967, foi publicada a Encíclica papal *Populorum Progressio*<sup>12</sup>, que trata do desenvolvimento dos povos. Nela o Papa Paulo VI expõe a diferença do desenvolvimento entre os povos ricos e pobres e cita versículo da Bíblia "Enchei a terra e dominai-a"<sup>13</sup>, argumentando que toda a criação é para o homem, com a condição de que ele a valorize e nela aplique esforços inteligentes. O documento também expressa a seguinte opinião sobre a redução do crescimento demográfico.

É bem verdade que um crescimento demográfico acelerado vem, com demasiada frequência, trazer novas dificuldades ao problema do desenvolvimento: o volume da população aumenta muito mais rapidamente que os recursos disponíveis, e cria-se uma situação que parece não ter saída. Surge, por isso, a grande tentação de refrear o crescimento demográfico por meios radicais. É certo que os poderes públicos, nos limites da sua competência, podem intervir, promovendo uma informação apropriada, e tomando medidas aptas, contanto que sejam conformes às exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos cônjuges. Sem direito inalienável ao matrimônio e à procriação, não existe dignidade humana. Em última análise, é aos pais que compete determinar, com pleno conhecimento de causa, o número de filhos(...) (p.10).

Em 1963, o Papa João XXIII deu início à Comissão Pontifícia sobre a População, Família e Natalidade. O propósito da comissão, segundo o Zenit<sup>14</sup>, não era "reavaliar a doutrina da Igreja Católica em relação à anticoncepção, mas ajudar a Santa Sé na preparação da próxima conferência patrocinada pelas Nações Unidas e pela Organização Mundial da Saúde". Em 1967, houve vazamento de documentos dessa comissão e neles havia apoio aos métodos contraceptivos hormonais, o que acabou gerando expectativa na população de que ocorresse uma reformulação no

---

<sup>12</sup> A encíclica *Populorum Progressio* – Carta encíclica de sua santidade o Papa Paulo VI, publicada em 1967, dispõe sobre o Desenvolvimento dos Povos.

<sup>13</sup> Gêneses, capítulo 1, versículo 28.

<sup>14</sup> ZENIT é uma agência de notícias internacional, sem fins lucrativos, formada por profissionais e voluntários convictos de que a sabedoria do Papa e da Igreja Católica pode alimentar a esperança e ajudar a humanidade a encontrar verdade, justiça e beleza- <http://www.zenit.org/pt>.

posicionamento da Igreja Católica. Essa expectativa foi frustrada com a publicação da *Humanae Vitae*<sup>15</sup> em 1968.

Nessa nova Encíclica, o Papa comenta o posicionamento da Comissão Pontifícia, ressaltando que sua decisão não poderia ser tomada como definitiva, até mesmo pela falta de consenso, e explica que “na tentativa de justificar os métodos artificiais de limitação dos nascimentos, houve muito quem fizesse apelo para as exigências, tanto do amor conjugal como de uma ‘paternidade responsável’”. Diante disso, é exposta a seguinte opinião:

O matrimônio e o amor conjugal estão por si mesmos ordenados para a procriação e educação dos filhos. Sem dúvida, os filhos são o dom mais excelente do matrimônio e contribuem grandemente para o bem dos pais.

Sendo assim, o amor conjugal requer nos esposos uma consciência da sua missão de ‘paternidade responsável’ (...).

(...) O exercício responsável da paternidade implica, portanto, que os cônjuges reconheçam plenamente os próprios deveres, para com Deus, para consigo próprios, para com a família e para com a sociedade, numa justa hierarquia de valores (p. 4).

Ao argumentar que o matrimônio e o amor conjugal estão ordenados para a procriação, desestimula-se o uso de quaisquer métodos contraceptivos e, ao tratar da paternidade responsável, embora usando o termo “cônjuge”, cobra-se a responsabilidade dos pais sobre a criação dos filhos, independente desses serem casados formalmente com a mãe de seu filho ou não.

O documento também condena a imposição do ato sexual ao cônjuge e “a esterilização direta, quer perpétua quer temporária, tanto do homem como da mulher”, excluindo o caso de uso de meios terapêuticos necessários para a cura de doenças que impeçam a procriação. Em outro momento, ele estipula qual método contraceptivo é permitido:

Se, portanto, existem motivos sérios para distanciar os nascimentos, que derivem ou das condições físicas ou psicológicas dos cônjuges, ou de circunstâncias exteriores, a Igreja ensina que então é lícito ter em conta os ritmos naturais imanentes às funções geradoras, para usar do matrimônio só nos períodos infecundos e, deste modo, regular a natalidade, sem ofender os princípios morais que acabamos de recordar (p. 6).

---

<sup>15</sup> A encíclica *Humanae Vitae* – Carta encíclica de sua santidade o Papa Paulo VI, publicada em 1968, dispõe sobre a regulação da natalidade.

Em resposta à *Humanae Vitae*, o presidente Costa e Silva emitiu mensagem<sup>16</sup>, que foi publicada no *Correio da Manhã*, ao Papa Paulo VI manifestando júbilo e gratidão pela encíclica, dizendo-se “governante de um país que procura ocupar mais da metade de seu território, ainda exposto aos riscos de uma densidade demográfica não compatível com as necessidades globais de seu desenvolvimento e segurança”.

A diretora do ambulatório da Praia do Pinto, Wanda Koslovska, revelou em entrevista<sup>17</sup> que, desde 1965, a unidade de saúde sob sua direção vinha atendendo a três mil mulheres anualmente por meio do departamento de planificação familiar, empregando o DIU e a pílula anticoncepcional.

Em discurso na XXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1969, o Ministro José de Magalhães Pinto proferiu a seguinte mensagem:

Não será demais lembrar, a esse propósito, que enquanto assim se multiplica e refina um terrível arsenal, alguns cientistas, estimulados por alguns Governos e algumas agências internacionais, insistem em querer demonstrar-nos os perigos da explosão populacional, deduzindo alarmantes generalizações, desligadas da situação específica de cada país ou região. Quanto a mim, creio muito mais preocupante o problema, mais grave e mais sombrio, da possibilidade do desaparecimento do homem de sobre a terra. O Brasil está decidido a resistir a quaisquer pressões dirigidas contra seu crescimento demográfico. Para nós, a vida deve continuar a ter prioridade sobre a morte.(pag 245)

Nos registros dos Anais da Câmara dos Deputados, existem poucas manifestações a respeito do planejamento familiar, uma vez que os debates mais acalorados sobre o tema, como o que tratava da alteração do art. 20 da Lei de Contravenções Penais, ocorreram nas comissões da casa, tais como a de Justiça e a de Saúde. Ainda assim, é possível notar argumentações recorrentes entre os parlamentares.

Nos pronunciamentos de parlamentares na Câmara dos Deputados, observam-se a recorrente invocação de argumentos relacionando diretamente o planejamento familiar à redução da pobreza e apontando a exigência de receita no ato da compra da

---

<sup>16</sup> “Brasil apoia Paulo VI”, *Correio da Manhã*, 13/08/1968, p. 11.

<sup>17</sup> “Ambulatório na GB empregou pílula e DIU em três mil”, *Correio da Manhã*, 05/05/1967, p. 13.

pílula anticoncepcional, que passou a vigorar a partir de janeiro de 1970<sup>18</sup>, como medida que restringia o acesso das famílias mais pobres. Em discurso na Câmara dos Deputados, em 1974, o Deputado Anapolino de Farias critica o posicionamento da delegação brasileira na Conferência Mundial sobre População:

A pretexto de defender a nossa soberania em assuntos populacionais, fez, em realidade, a apologia de uma política natalista o que evidencia uma total ignorância das implicações sócio-econômicas de um excesso populacional. Mas, hipocritamente, admitiu que aos casais caberia decidir quanto ao número de filhos.

Por que, Sr. Presidente, afirmo ser esta uma posição hipócrita? Todos sabem que no Brasil só as classes sociais de maior poder aquisitivo podem fazer uso dos anticoncepcionais, A grande maioria das mulheres brasileiras a eles não tem acesso, seja por desinformação, seja por ausência de condições econômicas para adquiri-los. Ademais, existe uma proibição legal inscrita nas Leis das Contravenções Penais para o anúncio e a venda de quaisquer produtos com propriedade anticonceptivas (...)” (*Diário do Congresso Nacional*, 1974: 6950).

Em 1977, o Ministro da Saúde Paulo Almeida Machado, em exposição na Câmara dos Deputados, diz que não há a pretensão de conter a expansão demográfica e argumenta, citando o documento aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Social:

O casal deverá aceitar os filhos que puder criar. Deixar de aceitar mais um filho, quando existem condições de saúde para acolhê-lo, seria prejudicial ao fortalecimento da Nação (*Diário do Congresso Nacional*, 1977: 9601).

Esse posicionamento, juntamente com o apresentado pela delegação brasileira na Conferência Mundial sobre População, em 1974, mostra já alguma abertura do governo em relação ao discurso proferido pelo Ministro José de Magalhães Pinto em 1969, embora ainda de forma bastante conservadora.

Em vários dos pronunciamentos é enfatizado que o planejamento familiar deve ser de livre escolha do casal e não uma política imposta pelo Estado, como o controle de natalidade. Esse cuidado se dava por conta de o país estar vivendo um período de regime militar e o planejamento familiar não poderia parecer uma imposição, além do que, no outro lado do mundo a China iniciava a política do filho único naquela mesma década, aplicando multas e penalidade a casais que, a partir de então, tivessem mais de

---

<sup>18</sup> “Venda da pílula regulada”, *Jornal do Brasil*, 30/01/1970, p.37.

um filho<sup>19</sup>. Isso pode ser notado no pronunciamento do deputado Daso Coimbra no dia 6 de junho de 1974:

(...) Há uma preocupação universal, independente de preconceitos ideológicos, para que todos possam exercer, de fato, o planejamento familiar como instrumento eficaz para o combate de variados problemas que envolvem a humanidade. Não se trata, Sr. Presidente, como muitos, possam imaginar, de uma política de controle da natalidade imposta pelo Estado ou, dirigida por entidades privadas. Mas, ao contrário, o oferecimento de uma opção, hoje negada por lei, a toda a população (...) (p. 3907).

Todo esse debate obteve alguns resultados no que diz respeito ao planejamento familiar. Um desses resultados foi o programa “Assistência Integral à Saúde da Mulher” (PAISM) em 1985, que dava especial atenção à saúde da mulher e tinha como um de seus objetivos o desenvolvimento de “atividades de regulação da fertilidade humana, implementando métodos e técnicas de planejamento familiar” (p.17).

Outro resultado desse debate foi o § 7º do artigo 226 da Constituição Federal de 1988, que dispõe:

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Conseqüentemente, foi promulgada a Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, tratando do planejamento familiar e legalizando a prática da esterilização voluntária.

Todo esse processo que se iniciou na década de 1960 teve grande impacto na sociedade. Talvez esses sejam os 20 anos em que mais houve mudanças no Brasil, e no mundo como um todo, em relação aos padrões familiares, afetando principalmente na vida das mulheres, como pode-se observar a seguir.

---

<sup>19</sup> De 1971 a 1978 existia a recomendação explícita de apenas dois filhos por casal nas cidades e três do campo. A política do filho único, imposta à maior parte da população, tem início em 1979. Desde 2015, o governo chinês flexibilizou a lei, permitindo dois filhos por casal (Le Monde, 2016).

### 3.2. AS MUDANÇAS PARA A MULHER

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por grandes mudanças sociais, no mundo como um todo. Essas mudanças foram bastante marcantes para as mulheres, sejam elas solteiras ou casadas.

Vicent (2009: 262) ressalta que enquanto as mães solteiras dos anos 1950 eram majoritariamente “empregadas domésticas, serventes não qualificadas e assalariadas agrícolas, as ‘mães solteiras’ de 1985 pertencem às categorias sócio profissionais com um nível de instrução médio ou elevado, morando em cidades grandes”.

A historiadora Rachel Soihet (2007: 419) comenta os objetivos perseguidos pelas feministas entre 1960 e 1980:

Entre as décadas de 1960 e 1980, destacavam-se, nas agendas feministas de muitos países, as mobilizações contra a demarcação rígida de papéis de gênero, que sobrecarregava as mulheres com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos. Priorizam-se as “políticas do corpo”, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando as mulheres a plena assunção do corpo e da sexualidade (aborto, prazer, contracepção) e insurgindo-se contra a violência sexual, não mais admitindo que esta fosse uma questão restrita ao privado, cabendo uma extensão ao público.

A alteração do papel da mulher na sociedade se deu por uma série de fatores que caminharam paralelamente, resultando em uma mulher mais independente, mais ciente de seus direitos, com maior grau de instrução, com maior liberdade sexual e muitas outras novas características. Vários autores atribuem à pílula a razão de parte dessas mudanças.

Pedro (2003: 253) menciona que o movimento feminino em diversas partes do mundo, a partir de 1960, foi responsabilizado por grandes mudanças sociais, tendo os novos métodos contraceptivos “como um dos principais responsáveis por mudanças na relação de gêneros, e pela própria atuação do movimento das mulheres”.

A matéria do *Correio da Manhã* de 18 de março de 1972<sup>20</sup> aponta que a pílula anticoncepcional, que teria eliminado a gravidez não desejada, juntamente com a redução da taxa de nascimento e o aumento da longevidade da mulher “significou que uma parte menor da vida feminina é dedicada à tarefa de educar e cuidar de crianças”.

Outra matéria publicada no mesmo jornal enfatiza que a entrada da mulher no mercado de trabalho impõe a reestruturação da família, colocando a mulher em plano de igualdade com o homem.<sup>21</sup> Isso se daria por conta de a mulher ter descoberto sua sexualidade e percebido que poderia dirigi-la, atribuindo à pílula anticoncepcional grande responsabilidade por isso e elencando outras descobertas feitas pela mulher:

Descobriu que a alegria de ser mãe não é a única que lhe está reservada, que esta experiência pode ser enriquecida ainda mais com uma participação ativa no mundo que era dos homens. Pode optar ainda por não ser mãe sem se arriscar a ter sua identidade apagada. E a descoberta dessa liberdade de poder escolher a vida que quiser é a primeira conquista da nova mulher.

É possível notar, por meio dessas matérias de jornal, que em menos de dez anos da introdução da pílula anticoncepcional no Brasil já era evidente o alcance de alguns dos objetivos feministas descritos acima, ocasionando a mudança no papel da mulher nas famílias e na sociedade brasileira.

Pedro (2010: 152) diz que a utilização dos novos métodos contraceptivos não liberta a mulher apenas de gravidezes indesejadas. Dá-lhe também o “domínio da fecundidade” e “deve ser colocada no mesmo plano que as modificações do direito civil que, na mesma altura, põem termo à sua subordinação na vida privada”.

Muraro (1975: 158) comenta:

A sociedade tecnológica está dando à mulher instrumentos que a ajudam a libertar-se do seu corpo como uma fatalidade: a mamadeira – que pode fazer passar para outras pessoas o fardo da amamentação; a pílula – que cinde o sexo da procriação e que, em última análise, foi causa decisiva da explosão sexual. Pode, assim, dividir as tarefas da casa com o marido. Pela pílula, essa igualdade com o homem deu um passo adiante: ela já pode, hoje, ao menos em teoria, ter uma vida sexual igual à do seu companheiro, o que não acontecia antes.

---

<sup>20</sup> “A nova consciência feminina”, *Jornal do Brasil*, 18/03/1972, p. 42.

<sup>21</sup> “Mais feminina e mais forte”, *Jornal do Brasil*, 01/01/1971, p. 27.

O equipamento coletivo em vias de ser institucionalizado pode levar esta libertação mais adiante, isto é, libertar a mulher da casa.

Apesar disso, Muraro (1975: 158) não crê que esse seja o ideal e que isso vá muito longe, prevendo que homens e mulheres se procurariam com maiores exigências “e, portanto, cada vez menos compulsivamente”, o que, em vez de causar o fim dos laços afetivos, os aprofundaria ainda mais.

Existem vários argumentos, em torno das conquistas alcançadas pelas mulheres, que vão além da luta por igualdade de gênero ou pelo domínio do próprio corpo. Pedro (2010: 143) menciona Marie Stopes e Margaret Songer, que divulgaram o controle de natalidade enfatizando a “capacidade dos contraceptivos de proporcionar a felicidade do casal, e, especialmente, na possibilidade de melhoria da qualidade da raça, redução dos gastos com assistência social e, conseqüentemente, com impostos”.

Em outro artigo, Pedro (2002: 251) aborda uma publicação francesa<sup>22</sup> que menciona que vários casais procuraram por métodos contraceptivos quando estavam à beira de se separarem. Os conflitos no relacionamento se davam pelas demandas sexuais por parte do marido que não eram atendidas pela esposa por conta do medo de engravidar. De acordo com a publicação, “um bom método de contracepção permitiria restabelecer o equilíbrio do casal”. A autora observa também o argumento de propagar os métodos contraceptivos para reduzir o número de abortos clandestinos.

Hobsbawm (2008: 307) faz a seguinte afirmação sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho:

(...) os motivos pelos quais as mulheres em geral, e sobretudo, as casadas, mergulharam no trabalho pago não tinha relação necessária com sua visão da posição social e dos direitos das mulheres. Talvez se devessem à pobreza, à preferência dos patrões por operárias, por serem mais baratas e mais dóceis, ou simplesmente ao crescente número – sobretudo no mundo dependente – de famílias chefiadas por mulheres.

Esses são argumentos que, embora tenham contribuído para as conquistas das mulheres, fogem da linha argumentativa adotada pelos movimentos feministas da

---

<sup>22</sup> Pesquisa realizada pela médica Marie-Andrée Lagroua Weill-Hallé e publicada com o título *La contraception et les français* em 1967.

época. Segundo Pêgo (1987: 66), o CMB<sup>23</sup> criticou a forma como a questão fundamental da mulher era tratada em debates sobre o tema e apresentou 4 questões a serem consideradas:

1. O direito ao “controle de nossa reprodução”, ou seja, “a sexualidade não está subordinada à procriação e que a maternidade deve ser fruto de uma opção livre e consciente”;
2. A saúde do “nosso próprio corpo”: a implementação do plano colocará “em risco a saúde de um grande número de mulheres”, devido à precariedade da assistência médica no Brasil, não existindo assim qualquer possibilidade de se estender às usuárias da pílula o atendimento médico indispensável;
3. “O ônus do controle da natalidade recai unicamente sobre nós, visto que a indústria farmacêutica não se preocupa em desenvolver e divulgar métodos anticonceptivos masculinos e aprimorar aqueles não prejudiciais à saúde”;
4. As políticas governamentais consideram as mulheres “como meros objetos passivos e sem capacidade de escolha e decisões”. O corpo da mulher é mais uma vez utilizado como patrimônio social, acima de seus direitos e de sua individualidade.

Muraro (1975: 136) explica o surgimento de grupos feministas da seguinte

forma:

Na sociedade em que o sexo é usado como instrumento de dominação, a mulher é o principal objeto, o principal ópio, a principal manipulada. E ela sente que só pode ser libertada desta dominação pela revolta. E assim nascem os movimentos feministas da década de sessenta, todos dentro das correntes de contracultura.

A mulher simultaneamente descobre o seu corpo e o seu papel social. Ao mesmo tempo a explosão sexual propiciada pela pílula que a liberta do peso das maternidades não desejadas, isso é, da sua carga biológica sofrida como uma fatalidade, como também do seu papel histórico.

Muitos dos pontos destacados na agenda feminista de 1960 a 1980 foram conquistados, embora alguns tenham sido parcialmente. Ainda há desigualdade no mercado de trabalho; a dupla jornada, embora facilitada pelo surgimento de diversos eletrodomésticos, ainda é mais evidente para as mulheres e a violência sexual continua apresentando números elevados, mas o processo de mudança continua em andamento.

Segundo Pedro (2003: 253), grande parte dessas conquistas, como a participação das mulheres no mercado de trabalho, em sindicatos e cargos de destaque, “tem sido possível certamente graças às possibilidades, antes nunca alcançadas, de

---

<sup>23</sup> Centro da Mulher Brasileira foi a primeira organização feminista do Brasil na nova fase do feminismo no país, que se iniciou na década de 1960 (Schumacher e Brazil, 2000: 233).

separar com mais segurança a sexualidade da reprodução”. Possibilidades essas geradas pelos novos métodos contraceptivos.

#### 4. A REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA PÍLULA

A pílula anticoncepcional foi assunto de muitas conversas de 1960 a 1980 e, por conta disso, despertou a atenção de produções artísticas. Entre elas se encontram filmes, peças de teatro, charges, músicas e até mesmo anúncio de classificados.

O filme *Prudence and the pill*, de Fielder Cook e Ronald Neame, foi lançado em 1968 e esteve em cartaz no Brasil por vários meses. A produção inglesa é composta de vários núcleos familiares que interligam as personagens de alguma forma. A trama trata o novo medicamento de forma cômica, apresentando situações inusitadas, como a filha se apropriando das pílulas anticoncepcionais da mãe e as substituindo por aspirina, resultando em um final em que, embora o tema central seja um contraceptivo, todas as personagens femininas se encontram grávidas.

No Brasil, também foram lançados filmes que tratavam desse assunto, tais como *Nascer ou na nascer*<sup>24</sup> (1968), *Superfemea*<sup>25</sup> (1974) de Anibal Massaini Neto e *A pílula*<sup>26</sup> (1975), de Marcos Magalhães. Infelizmente, atualmente esses não são filmes facilmente encontrados.

No teatro, a peça de Fernando Worm, “A pílula”, estreou em 05 de novembro de 1968 e, segundo matéria<sup>27</sup> publicada no jornal, causou bastante polêmica em Porto Alegre. O autor pretendia mostrar que a mulher, maior interessada nos anticoncepcionais, não estava tendo a participação que deveria ter nesse debate. Um dia antes da estreia da peça, Dom Vicente Scherer, por meio do programa de rádio “A voz do pastor”, proibiu a ida de católicos à peça, mas até o próprio Dom Vicente se rendeu ao espetáculo oito dias depois.

A manifestação de Dom Vicente se deu pela publicação da encíclica *Humanae Vitae*, que acabou inspirando também outras formas artísticas. A charge abaixo, por

---

<sup>24</sup> “Cartaz de hoje”, *Correio da Manhã*, 01/05/1968, p. 34.

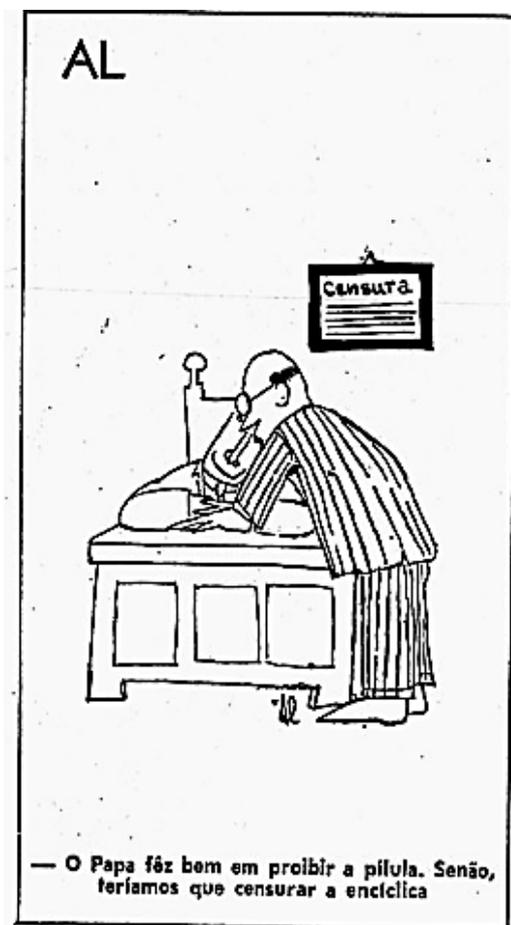
<sup>25</sup> “Cinemas”, *Jornal do Brasil*, 27/02/1974, p. 35.

<sup>26</sup> “Cinemas”, *Jornal do Brasil*, 13/04/1975, p. 51.

<sup>27</sup> “Pílula faz autor defender mulher e causa polêmica”, *Correio da Manhã*, 10/10/1968, p.13.

exemplo, que foi publicada<sup>28</sup> logo após a mensagem do presidente Costa e Silva ao Papa, cumprimentando-o pela encíclica:

Figura 3: Charge.



Fonte: Correio da Manhã de 01 de setembro de 1968.

A temática da pílula anticoncepcional foi utilizada até mesmo de formas bastante inusitada. Em 1970, a Chrysler publicou um informe publicitário<sup>29</sup> no jornal com o título “Crescei e multiplicai-vos” em que dizia:

Nós, da Autobrás, tomamos isso ao pé da letra. Abolimos o uso da pílula. Facilitamos as nossas vendas para que a família Dodge aumentasse. E já estamos participando do nascimento de nossa segunda oficina na Zona Sul. Anote o endereço e venha visita-la.

<sup>28</sup> “O manequinho”, *Correio da Manhã*, 01/09/1968, p. 44.

<sup>29</sup> “Crescei e multiplicai-vos”, *Jornal do Brasil*, 23/02/1970, p. 24.

Outra utilização inusitada da temática foi um anúncio de venda de carro nos classificados do jornal<sup>30</sup>:

Volks x pílula: Um belo dia, madame esqueceu de tomar sua pílula. Resultado: trigêmeos. Então, o jeito foi madame comprar uma Kombi e vender o seu fusquinha 1300, 70, em estado mais que interessante. Venha examina-lo e conheça os planos maternais da GOGOCAR – Almte.

Entre todas as manifestações artísticas que envolveram a pílula anticoncepcional, talvez a mais popular no Brasil tenha sido a música de Odair José “Uma vida só”, também conhecida como “Pare de tomar a pílula”.

Segundo a pesquisa de Araújo (2005: 60), a ideia de compor a música surgiu de uma sugestão do locutor Carlos Guarani ao compositor Odair José, visando quebrar um pouco o tabu de se falar da pílula anticoncepcional.

A música foi lançada em 1973 e logo atingiu o primeiro lugar das paradas, porém o seu sucesso chegou enquanto o governo patrocinava a Bemfam, entidade que incentivava o controle de natalidade (Araújo, 2005: 61). Por conta disso, a música foi censurada e Odair José foi impedido de cantá-la em seus shows. Em um deles, Odair cedeu ao pedido do público e cantou “Pare de tomar a pílula”. Isso resultou em sua prisão ao final do show. A repressão foi tão grande que até em outros países da América Latina ele foi impedido de cantar essa música.

Ao analisar essas produções é possível identificar a mudança no posicionamento do Estado em relação à pílula anticoncepcional. Na charge apresentada acima, de 1968, é mostrado o apoio do governo à encíclica papal que condena a pílula anticoncepcional. Cinco anos depois, a música de Odair José é censurada por enfatizar um posicionamento contrário ao do regime militar, que nesse momento patrocinava o controle de natalidade.

Nesse caso, a arte representa muito bem o processo de mudança ocorrido na sociedade em relação aos novos métodos contraceptivos. Foi uma mudança relativamente rápida, resultando não só na aceitação da população, mas também do governo.

---

<sup>30</sup> “Volks x pílula”, *Jornal do Brasil*, 03/12/1972, p. 172.

## CONCLUSÃO

Por algumas décadas, o governo sustentou a política natalista, visando ocupar os vazios demográficos do país, porém, é possível notar, pela análise da distribuição demográfica, que esse posicionamento não foi muito efetivo nas áreas mais remotas, como a região Norte, e foi sendo abandonado ao longo dos anos. O planejamento familiar informal conseguiu se sobrepôr à política governista inicial e grande parte do seu sucesso se deve ao surgimento dos novos métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional.

As consequências do planejamento familiar para a sociedade brasileira foram inúmeras, embora não houvesse consenso absoluto quanto à sua adoção. A redução do crescimento populacional interferiu nos investimentos do governo, na cultura nacional e nas famílias. De toda a população, a parcela mais afetada por essa medida, foi a mulher, independentemente da sua faixa etária.

Com o surgimento dos novos métodos contraceptivos, as mulheres passaram a ter maior domínio sobre seu corpo, podendo decidir o momento de ter filhos, caso desejassem tê-los. Esse foi apenas o ponto inicial, já que desse efeito derivaram muitos outros, como a elevação da escolaridade, da participação da mulher no mercado de trabalho, da sua independência sexual e da igualdade de gêneros.

O surgimento da pílula foi um acontecimento tão relevante para a sociedade que acabou servindo de influência para muitas produções artísticas no mundo todo, tais como filmes, peças teatrais, propagandas e músicas.

Ainda hoje há muitas pesquisas em torno dos anticoncepcionais e mais recentemente foram divulgados avanços em relação ao contraceptivo masculino e, mesmo após 54 anos da introdução da pílula anticoncepcional no Brasil, ainda há correntes que se opõem ao uso do medicamento.

O debate atual em torno dos contraceptivos hormonais, embora não tenha mais grande força, dificilmente chegará a um fim, por causa de seus efeitos colaterais do medicamento e das novas descobertas. Independente disso, é notória a modificação da sociedade desde a sua invenção. Ainda não alcançamos a igualdade de gênero no Brasil,

mas essa batalha tem sido travada com muito mais força desde a libertação sexual conquistada na década de 1960, fenômeno que foi fortemente influenciado pelo advento de novos métodos contraceptivos.

## REFERÊNCIA

ARAÚJO, Anelise Rodrigues Machado de. *População, o problema do nosso tempo: controle da natalidade, culturas políticas e relações de gênero (estados unidos/brasil, 1960-1970)*. Florianópolis: XXVIII Simpósio Nacional de História - lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 27 a 31 de julho de 2015.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro não*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 1934.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de out de 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Seção 1, p. 23.911.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.200, 19 de abril de 1941. Lei da Família. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 19 abr. 1941. Seção 1, p 7.736.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.688, 03 de outubro 1941. Lei das Contravenções Penais. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 13 out 1941. Seção 1, p 19.696.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*. Discurso do deputado Anapolino de Faria. Brasília, DF, Seção I, p. 6950, em 07 de setembro de 1974.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*. Discurso do deputado Daso Coimbra. Brasília, DF , Seção I, p.3907, em 06 de junho de 1974.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*. Exposição do Ministro da Saúde Paulo Almeida Machado. Brasília, DF, Seção I, p.9601, em 15 de setembro de 1974.

BRASIL. Lei nº 6.734, 04 de dezembro 1979. Lei das Contravenções Penais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 05 dez 1979.

BRASIL. Lei nº 9.263, 12 de janeiro 1996. Lei planejamento familiar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 janeiro de 1996.

BRASIL. Projeto de lei nº 3.063, 30 de março 1984. Autoriza a esterilização voluntária.

Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=AED81CB98687377091FF07FAD7226E4B.proposicoesWeb2?codteor=1162191&filename=Avulso+-PL+3063/1984](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AED81CB98687377091FF07FAD7226E4B.proposicoesWeb2?codteor=1162191&filename=Avulso+-PL+3063/1984)>. Acesso em: 15/10/2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Código Brasileiro de Deontologia Médica, in *Diário Oficial* (Seção I), 27 de abril de 1984, p. 5.999-6000.

*Correio da Manhã*. 27 de dezembro de 1939, “O presidente Getúlio Vargas falou à nação na noite de natal”. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pagfis=55578](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pagfis=55578)>.

Acesso em: 29/10/2016.

*Correio da Manhã*. 05 de maio de 1967, “Ambulatório na Guanabara empregou pílula e DIU em três mil”. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&PagFis=81898](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=81898)>.

Acesso em: 01/06/2016.

*Correio da Manhã*. 01 de maio de 1968, “Cartaz de hoje”. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&PagFis=91615](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=91615)>.

Acesso em: 31/10/2016.

*Correio da Manhã*. 13 de agosto de 1968, “Brasil apoia Paulo VI”. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=94594](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=94594)>.

Acesso em: 31/10/2016.

*Correio da Manhã*. 01 de setembro de 1968, “O manequinho”. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=95173](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=95173)>.

Acesso em: 31/10/2016.

*Correio da Manhã*. 10 de novembro de 1968, “Pílula faz autor defender mulher e causa polêmica”. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&PagFis=97168](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=97168)>.

Acesso em: 31/10/2016.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, ed. 2, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Densidade demográfica**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP117&t=densidade-demografica>>. Acesso em: 24/09/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Esperança de vida ao nascer**.

Disponível em:

<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP210&t=esperanca-vida-nascer>>. Acesso em: 26/05/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE – Censo**. Disponível em:

<[http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=2&no=10](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=10)>. Acesso em: 24/09/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População nos Censos Demográficos**.

Disponível em:

<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso em: 26/05/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de fecundidade total**. Disponível em:

<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP263&t=taxa-fecundidade-total>>. Acesso em: 26/05/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de fecundidade total, por situação urbana e rural**. Disponível em:

<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP265&t=taxa-fecundidade-total-situacao-urbana-rural>>. Acesso em: 24/09/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de mortalidade infantil**.

Disponível em:

<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=CD100&t=taxa-mortalidade-infantil>>. Acesso em: 24/09/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de urbanização**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>>. Acesso em: 24/09/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa média geométrica de crescimento anual da população**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP119&t=taxa-media-geometrica-crescimento-anual-populacao>>. Acesso em: 26/05/2016.

*Jornal do Brasil*. 30 de janeiro de 1970, “Venda da pílula é regulada”. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=1620](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=1620)>. Acesso em: 31/10/2016.

*Jornal do Brasil*. 23 de fevereiro de 1970, “Crescei e multiplicai-vos”. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&PagFis=2874&Pesq=>](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=2874&Pesq=>)>. Acesso em: 31/10/2016.

*Jornal do Brasil*. 01 de janeiro de 1971, “Mais feminina e mais forte VI”. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=23547](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=23547)>. Acesso em: 31/10/2016.

*Jornal do Brasil*. 18 de março de 1972, “A nova consciência feminina”. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=52842](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=52842)>. Acesso em: 31/10/2016.

*Jornal do Brasil*. 03 de dezembro de 1972, “Volks x pílula”. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&PagFis=74034&Pesq=>](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=74034&Pesq=>)>. Acesso em: 31/10/2016.

*Jornal do Brasil*. 27 de fevereiro de 1974, “Cinemas”. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=100845](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=100845)>. Acesso em: 31/10/2016.

*Jornal do Brasil*. 13 de abril de 1975, “Cinemas”. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=120868](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=120868)>.

Acesso em: 31/10/2016.

Le Monde Diplomatique. **A China, velha antes de ser rica**. Disponível em: <

<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=963>>. Acesso em: 30/05/2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Assistência integral à saúde da mulher: bases de ação programática*. Brasília: Centro de documentação do Ministério da Saúde, 1985, p. 17.

MOREIRA, Igor Antônio Gomes. *A ideologia da pílula: a outra face do planejamento familiar*. Porto Alegre: GENBS, 1981, p. 87.

MURARO, Rose Marie. *Libertação sexual da mulher*. 3 edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

PAULO VI. *Humanae Vitae*: carta encíclica de sua santidade o Papa Paulo VI sobre a regulação da natalidade. 1968.

PAULO VI. *Populorum Progressio*: carta encíclica de sua santidade o Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos. 1967.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n 45, 2003, p. 239 - 260.

PEDRO, Joana Maria. Entre a ameaça da “bomba populacional” e a emancipação do corpo das mulheres: o debate sobre a contracepção no Brasil e na França (1960-1970). *Proj. História*, São Paulo, 2002, p. 243 – 256.

PEDRO, Joana Maria. A trajetória da pílula anticoncepcional no Brasil (1960-1980) in *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010.

PÊGO, Raquel Abrantes. A luta das mulheres pela livre concepção in *Controle de natalidade X Planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1987.

PINTO, José Magalhaes. XXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1969 in *O Brasil nas Nações Unidas: 1946 – 2006*. Brasília: Funag, p. 243 - 252, 2007.

PRUDENCE AND THE PILL. Direção: Fielder Cook. Kahn-Harper produções. Iver Heath – UK. 1968. 92 min.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SOIHET, Rachel. Feminismos e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro dos anos 1970-80 in *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TAVARES, Luciane Santiago. *Demanda total por anticoncepção no Brasil: uso e necessidade insatisfeita por métodos anticoncepcionais*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

VICENT, Gérard. Uma história do segredo in *História da vida privada: da primeira guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ZENIT. **Pe. Ford, Paulo VI e o controle da natalidade**. Disponível em: <<http://www.zenit.org/pt/articles/pe-ford-paulo-vi-e-o-controle-da-natalidade>>. Acesso em 24/11/2015.